



Norma para Trabalhadores Agrícolas

Versão 1.1¹

www.FairTradeUSA.org

¹ Atualizado em novembro do 2013 para incluir o Anexo 2: Condições especiais do Preço e do Prêmio
Atualizado em junho 2014: Proibido Lista de Materiais (Anexo 1) Acompanhamento e prorrogado até junho de 2015

Índice

Conteúdo	1
Introdução.....	2
1.0 Empoderamento (EM)	5
2.0 Desenvolvimento Econômico (ED).....	8
3.0 Responsabilidade Social (SR).....	11
4.0 Gestão Ambiental (ES).....	16
Anexo 1: Lista de Materiais Proibidos.....	24
Anexo 2: Condições especiais do Preço e do Prêmio	37

Introdução

Propósito

Este documento apresenta os requisitos da Versão 1.0 do Norma da Fair Trade USA dos Trabalhadores Agrícolas para a participação de grandes fazendas na certificação do Comércio Justo.

Meta e Objetivo

A Fair Trade USA desenvolveu o Norma para os Trabalhadores Agrícolas para atender a trabalhadores agrícolas que não possuem terra, mas trabalham em fazendas de grande escala. O objetivo do Norma é aumentar o empoderamento, incluindo liderança e organização dos trabalhadores agrícolas empregados na fazenda, desenvolvimento econômico, e garantir condições justas de trabalho e métodos de produção ambientalmente responsáveis.

- **Empoderamento.** Através do processo de eleição do Comitê do Comércio Justo, do desenvolvimento de um Plano do Comércio Justo e da escolha de como gastar o Prêmio de Desenvolvimento da Comunidade do Comércio Justo, esse norma visa aumentar a capacidade de indivíduos ou grupos de fazer escolhas e transforma-las em ações desejadas e resultados. Através dessas ações, nossa visão é que os trabalhadores são capazes de construir bens individuais e coletivos e melhorar sua eficiência e participação nas fazendas nas quais eles trabalham. Especificamente, os trabalhadores são capazes de representarem a si mesmos efetivamente em suas negociações com o a gerência por condições de trabalho melhores, assim como fazer parceria com a gerência para aumentar o empoderamento de todos os trabalhadores.
- **Desenvolvimento Econômico:** Nosso objetivo é aumentar a renda dos trabalhadores através do estabelecimento de requerimentos de salário e fundos de prêmio, e garantir que serviços como moradia, produtos vendidos em lojas do local e serviços de saúde sejam fornecidos ou de graça ou por preços razoáveis.
- **Responsabilidade Social:** As fazendas são responsáveis por garantir que as condições de emprego estão de acordo ou excedendo as regulações do setor, a média regional e o salário mínimo oficial. Medidas de segurança e saúde são estabelecidas a fim de evitar acidentes do trabalho.
- **Gestão Ambiental:** As fazendas são responsáveis pelo cuidado da terra através do desenvolvimento de sistemas de monitoramento, limitando o uso de agroquímicos e fertilizantes, implementando técnicas biológicas de gerenciamento de pragas e procedimentos de gerenciamento de resíduos, protejento o solo, a água e a biodiversidade.

Âmbito

O Norma é projetado para ser amplo em seu âmbito e o objetivo é, eventualmente, aplicar o norma em fazendas de grande escala para muitos produtos agrícolas ao redor mundo, não incluindo laticínios e fazendas de gado. A lista de materiais proibidos referidos no norma está anexado como Anexo 1. Uma

revisão técnica completa da Lista de Materiais Proibidos pela Fair Trade USA será conduzida no final de 2012/ início de 2013.

A Certificação do Comércio Justo requer a rastreabilidade da cadeia de abastecimento. Para poder usar o logotipo e reivindicações do Comércio Justo, todas as entidades envolvidas na produção, processamento, fabricação, manejo e venda do produto precisam estar certificados ou registrados com a Fair Trade USA.

Estrutura do Norma

O Norma da Fair Trade USA para os Trabalhadores Agrícolas tem uma abordagem de desenvolvimento que diferencia os critérios mínimos dos critérios de progresso. Os critérios mínimos são avaliados durante a primeira auditoria de certificação e representam práticas mínimas em empoderamento social, desenvolvimento econômico, responsabilidade ambiental. Estes critérios precisam ser cumpridos antes de obter a certificação inicial. Os critérios de progresso são cumpridos após o primeiro ano de certificação e representam o desenvolvimento contínuo para o aumento do empoderamento social e desenvolvimento econômico, bem como as melhores práticas de responsabilidade ambiental.

Implementação

Além deste documento norma, nós desenvolvemos critérios de cumprimento em conjunto com nosso órgão de certificação e especialista técnico, Scientific Certification Systems (SCS). Decisões de certificação são feitas pelo certificador, com base no cumprimento destes critérios, conforme estabelecido em auditorias no local realizadas pela SCS ou outros órgãos de certificação aprovados pela Fair Trade USA.

Alguns critérios são identificados como requisitos “principais”. O não cumprimento de um Requisito Principal pode resultar na decisão de suspender o contrato de certificação até que o cumprimento tenha sido garantido, ou mesmo negar a certificação no programa, dependendo da gravidade e extensão da Não-Conformidade. Além disso, os critérios de cumprimento refletem a diferença entre o critério mínimo "ano 0" e os critérios de progresso "ano 1 / ano 3" / "ano 6".

Informações adicionais sobre implementação, ex. pré-requisitos do programa; descrição passo-a-passo do processo de certificação; taxas de certificação; e procedimentos para reclamações, apelações e disputas, podem ser encontrados no Manual de Certificação da Fair Trade USA no site da Fair Trade USA (<http://fairtradeusa.org/certification/standards>).

Desenvolvimento do Norma e Projeto Piloto

A Fair Trade USA começou a pesquisar a viabilidade da certificação de grandes fazendas em 2010 e em 2011 desenvolveu e publicou a Versão 1.0 do Esboço do Norma para Trabalhadores Agrícolas com base em consultas com especialistas e revisão de outros padrões.

Esboço do Norma para Trabalhadores Agrícolas da Fair Trade USA estava disponível para comentário público e revisão das partes interessadas de 1 de Novembro de 2011 até Abril de 2012. Fair Trade USA ativamente estendeu a mão para produtores do Comércio Justo, parceiro da indústria, ONGs e grupos de defesa, além de formar grupos de partes interessadas tal como o Conselho de Inovação do Café. A Fair Trade USA revisou e incorporou esse feedback no norma, com a ajuda dos especialistas técnicos incluindo membros do conselho e SCS. Este feedback é público e pode ser visto online no link: <http://fairtradeusa.org/certification/standards>

A Fair Trade USA também desenvolveu projetos pilotos para café e hortifrutigranjeiro para testar a relevância e aplicabilidade do norma numa variedade de configurações nacionais e dentro de diferentes setores de mercadorias agrícolas e das cadeias de abastecimento. A Fair Trade USA está desenvolvendo um sistema de avaliação de impacto que examina a eficiência do norma, nosso programa de certificação e o efeito da introdução dos Padrões para Trabalhadores Agrícolas no Café em Organizações de Pequenos Produtores.

Certificados concedidos durante o projeto piloto (2011-2013) são válidos por três anos, com a renovação do certificado ocorrendo no quarto ano do ciclo de auditoria. Os certificados são efetivos a partir da data da decisão de certificação. Entidades que foram auditadas na V 1.0 Esboço do Norma para Trabalhadores Agrícolas e Critérios de Cumprimento serão auditados na Versão final 1.0 dos mesmos na próxima auditoria anual. Durante os dois anos do período piloto, o norma será somente aplicado para participantes selecionados no [Fair Trade USA Pilot and Coffee Innovation Program](#).

Referências

A Fair Trade USA revisou vários padrões e seus critérios de cumprimento, incluindo aqueles publicados pela Rainforest Alliance, Fair Trade International e SA 8000. Além disso, esse norma seguea convenções da Organização Internacional do Trabalho (OIT), e exige o cumprimento da legislação nacional como uma base.

Requisitos de Preço e Prêmio

Além dos requisitos nesse norma, preços mínimos e prêmio também serão estabelecidos pela Fair Trade USA. Os requisitos de Preço e Prêmio são parte do Norma de Comércio da Fair Trade USA e estão disponíveis no link <http://fairtradeusa.org/certification/standards>.

Monitoramento das Mudanças

Fair Trade USA está aberta para receber comentários e feedback sobre o norma a qualquer momento (standards@fairtradeusa.org). Como recomendado pelo ISEAL, a Fair Trade USA irá rever o Norma para os Trabalhadores Agrícolas regularmente, pelo menos a cada cinco anos. A Fair Trade USA reserva o direito de alterar o Norma da Fair Trade USA para os Trabalhadores Agrícolas após a revisão interna e pública dos Padrões.

Traduções

As traduções em Francês, Espanhol e Português deste norma estarão disponíveis em 2012. Em caso de qualquer conflito ou divergência entre as versões, a versão em Inglês prevalece.

1.0 Empoderamento (EM)

1.1 Desenvolvimento e Gestão do Plano de Comércio Justo (DM)

EM-DM 1

A empresa preparou um Plano de Implementação do Comércio Justo *escrito*, voltado para o desenvolvimento social e econômico dos trabalhadores e cumprimento dos requisitos ambientais deste norma.

EM- DM 2

Incorporar responsabilidade social é uma parte integral da missão *escrita* ou declaração(ões) política(s) da empresa. A empresa pode demonstrar sua implementação com evidências concretas.

EM- DM 3

A Gerência Sênior têm a responsabilidade global de implementar estes padrões. A gerência designa uma pessoa responsável pelos assuntos do Comércio Justo (Oficial do CJ) que reporta ao Gerente Executivo. Ele/ela é responsável pela coordenação global do programa de Comércio Justo na empresa e por assegurar todas as comunicações necessárias.

EM- DM 4

O empregador deve demonstrar que quaisquer receitas do Comércio Justo irão promover o desenvolvimento social e econômico dos trabalhadores.

EM- DM 5

O empregador tem tomado todas as medidas possíveis para informar todos os níveis da empresa sobre os conceitos do Comércio Justo.

EM- DM 6

A gerência atribui tempo durante as horas regulares de trabalho e fornece outros recursos que são necessários ou favoráveis para a implementação bem sucedida do programa do Comércio Justo.

EM- DM 7

Um procedimento de queixa por escrito está em vigor e garante que trabalhadores tenham o direito de ser ouvido e o direito de apelar. A gerência não disciplina, demite ou discrimina os trabalhadores que usarem qualquer procedimento de queixa.

EM- DM 8

Um procedimento de queixa por escrito está em vigor para casos de assédio sexual. Se houver uma denúncia de assédio sexual, um comitê de investigação será escolhido para resolver qualquer caso de assédio sexual.

EM- DM 9

A empresa realizou uma avaliação das necessidades da comunidade de origem a partir da qual a maioria dos trabalhadores migrantes vêm.

EM- DM 10

Com um ano de certificação a empresa adotou um plano anual de trabalho para melhorias sociais, tomando como referência os requisitos de progresso.

EM- DM 11

Com um ano de certificação, a gerência assegura acesso à educação primária para as crianças de todos os trabalhadores que moram na fazenda. A gerência deveria também prestar atenção extra à educação dos filhos dos trabalhadores em geral.

EM- DM 12

Com um ano de certificação, todos os níveis da empresa estão cientes das questões do Comércio Justo. Para este propósito, a gerência garante que o treinamento adequado seja fornecido para todos os níveis. A gerência também encoraja e apoia treinamentos para todos os trabalhadores e seus representantes a fim de aumentar suas capacidades de participação e assumir responsabilidade pela implementação do Comércio Justo.

EM- DM 13

A empresa possui um sistema de gestão apropriado de recursos humanos que é encarregado de implementar boas relações industriais, programas de treinamento e o desenvolvimento de seus funcionários.

1.2 Participação Inclusiva, Transparência e Responsabilidade Financeira (PTA)

EM-PTA 1

Um Comitê do Comércio Justo, com representantes da gerência e representantes dos trabalhadores, foi criado com o propósito de decidir sobre o uso do Prêmio do Comércio Justo.

EM- PTA 2

Um órgão legal é estabelecido antes que quaisquer bens sejam adquiridos usando o Prêmio do Comércio Justo. Este órgão se compreende e representa todos os funcionários da empresa como o dono de qualquer propriedade adquirida com o Prêmio do Comércio Justo.

EM- PTA 3

Todos os grupos de trabalhadores são elegíveis para nomeação e aptos a participar na eleição do Comitê do Comércio Justo. A composição do Comitê do Comércio Justo deve refletir a composição da força de trabalho. Os representantes dos trabalhadores são escolhidos através de um processo democrático que é documentado corretamente. Representantes da gerência são formalmente nominados pela gerência.

EM- PTA 4

A gerência participa ativamente e responsabilmente no Comitê do Comércio Justo através de seus representantes e auxilia e apoia os trabalhadores no gerenciamento do prêmio. Os representantes da gerência não têm direito de voto, mas são permitidos vetar decisões do Comitê do Comércio Justo quando as mesmas são claramente ilegais ou contra os padrões do Comércio Justo.

EM- PTA 5

Todas as despesas do Prêmio do Comércio Justo e assuntos relacionados estão de acordo com o Plano de Trabalho do Prêmio, o qual foi aprovado pela Assembléia Geral, e está de acordo com o Documento de Orientação do Prêmio de Desenvolvimento da Comunidade do Comércio Justo.

EM- PTA 6

O Comitê do Comércio Justo, incluindo os representantes da gerência, é responsável pelos trabalhadores e órgãos de certificação para a administração e uso do Prêmio do Comércio Justo.

EM- PTA 7

Todos os pedidos/sugestões para o uso do Prêmio do Comércio Justo são documentados. Decisões feitas pelo Comitê do Comércio Justo também são registradas.

EM- PTA 8

O Comitê do Comércio Justo deve se esforçar para chegar a decisões e consensos. As decisões devem ser aprovadas pela maioria. A gerência e os representantes dos trabalhadores têm direitos de votos iguais.

EM- PTA 9

O Comitê do Comércio Justo se reúne pelo menos uma vez a cada três meses com remuneração integral durante as horas de trabalho e convoca uma Assembléia Geral pelo menos uma vez ao ano.

EM- PTA 10

Informação sobre a quantia do Prêmio do Comércio Justo é relatado para todos os membros do Comitê do Comércio Justo.

EM- PTA 11

Uma conta bancária separada para o Prêmio do Comércio Justo é estabelecida e os representantes dos trabalhadores do Comitê do Comércio Justo, junto com a gerência são signatários conjuntos.

EM- PTA 12

O órgão de certificação, os membros do Comitê do Comércio Justo e, se existir, o comitê de auditoria interna têm o direito de checar os livros relevantes da conta do Prêmio do Comércio Justo.

EM- PTA 13

A capacitação regular para os representantes dos trabalhadores no Comitê do Comércio Justo é realizada a fim de assegurar que eles possam continuar a executar suas funções. A gerência permite e apoia que este treinamento seja realizado parcialmente durante as horas de trabalho.

EM- PTA 14

O Comitê do Comércio Justo, em colaboração com os trabalhadores, prepara anualmente um plano de trabalho do Prêmio do Comércio Justo *escrito* que leva em conta as necessidades dos vários grupos de trabalhadores.

EM- PTA 15

Com um ano de certificação, as regras, regulamentações e procedimentos do Comitê do Comércio Justo, estabelecidos como parte da constituição requerida pela EM-PTA 1, estão em vigor e disponível para os trabalhadores.

EM- PTA 16

Com um ano de certificação, o Comitê do Comércio Justo faz uso de ferramentas de treinamento do Comércio Justo na preparação do plano de trabalho do Prêmio do Comércio Justo *escrito*.

EM- PTA 17

O Comitê de Fair Trade tem acesso à ferramentas de administração e de comunicação – telefone, e-mail e/ou fax – e tem suas próprias contas independentes de e-mail conforme permitido pela infra-estrutura.

EM- PTA 18

O Comitê do Comércio Justo tem considerado e discutido a possibilidade de desenvolvimento de projetos com Prêmio do Comércio Justo em comunidades de origem de trabalhadores migrantes.

2.0 Desenvolvimento Econômico (ED)

2.1 Requisitos do Preço do Comércio Justo (PR)

ED-PR 1

Novos preços do Comércio Justo se aplicam a partir da data de seu anúncio. Porém, contratos existentes devem ser honrados nos preços existentes já combinados.

2.2 Requisitos do Prêmio do Comércio Justo (FTP)

ED-FTP 1

A quantidade correta do prêmio do Comércio Justo é pago ao Comitê do Comércio Justo.

ED-FTP 2

O Prêmio do Comércio Justo não pode ser usado para cobrir os custos correntes da empresa ou os custos de cumprimento com os requisitos mínimos desse norma ou padrões específicos de produtos associados, a menos que indicado diferentemente.

2.3 Condições de Trabalho (CE)

ED-CE 1

Condições de trabalho, incluindo salários, estão de acordo ou superior ao norma seguinte: regulamentação do setor, Acordos de Negociações Coletivas que estão em vigor com o empregador, a média regional e salários mínimos oficiais para ocupações semelhantes. O empregador deve especificar os salários de todas as funções.

ED-CE 2

Todos os funcionários estão cientes de seus direitos e deveres, responsabilidades, salários e cronograma de trabalho.

ED-CE 3

O pagamento é feito diretamente ao trabalhador e na data correta, em moeda corrente e de acordo com um cronograma de pagamento apropriado que é mensalmente ou a cada duas semanas. Os trabalhadores recebem folhas de pagamento com cada cheque e a empresa fornece ao trabalhador acesso a um mecanismo de apelo se qualquer discrepância for encontrada no pagamento.

ED-CE 4

Deduções nos salários só são permitidas conforme a lei, fixada por um Acordo de Negociação Coletiva ou se o empregado tenha dado seu consentimento por *escrito*.

ED-CE 5

Um regulamento adequado para licença médica está em vigor.

ED-CE 6

Todos os trabalhadores permanentes devem ter um contrato legal de trabalho por *escrito* com uma descrição do serviço, assinado por funcionário e empregador.

ED-CE 7

Todas as posições que são de natureza regular são compostas de trabalhadores permanentes e obrigações legais não são evitadas através do uso excessivo de contratos limitados de trabalho.

ED-CE 8

As horas de trabalho e horas extras devem respeitar a lei e as normas da indústria. Não é exigido dos funcionários trabalhar mais de 48 horas por semana regularmente.

ED-CE 9

Funcionários devem ter pelo menos 24 horas consecutivas de descanso a cada 7 dias, a menos que circunstâncias excepcionais ocorram.

ED-CE 10

Horas extras devem ser voluntárias e não devem exceder 12 horas por semana, a menos que circunstâncias excepcionais ocorram. Isto não pode ser requerido regularmente e deve sempre ser compensado com uma taxa superior, a qual é concordada por escrito com antecedência.

ED-CE 11

Planos de férias atendem ou superam as leis locais ou nacionais e os trabalhadores recebem pelo menos duas semanas de férias remuneradas por ano.

ED-CE 12

A licença maternidade não deve ser menor do que 8 semanas com salário integral, não incluindo férias. Após retornar ao trabalho, intervalos para amamentação devem ser concedidos.

ED-CE 13

A empresa deve cumprir com as leis com relação ao fornecimento de plano de saúde e benefícios previdenciários, incluindo pensão e seguro invalidez para os trabalhadores. Em casos onde trabalhadores permanentes não têm legalmente o direito aos benefícios do plano de saúde, a empresa fornece Planos de Saúde Privados ou serviços de saúde comparáveis.

ED-CE 14

Com um ano de certificação, a gerência garante que exista um acordo prévio por *escrito* entre a gerência e os trabalhadores migrantes recrutados com relação a: salários; custos de viagem; segurança de viagem; horários de trabalho; arranjos de horas extras; duração do emprego; idade mínima para o trabalho; não discriminação; quebra de contrato; e termos de repatriação caso o trabalhador recrutado fique doente ou incapacitado antes ou depois de chegar ao local de trabalho, se encontre clinicamente inapto, ou seja negado o trabalho após o recrutamento por razões que ele/ela não seja responsável. Os acordos deveriam ser explicados verbalmente e por escrito, numa linguagem que possa ser entendida pelos trabalhadores migrantes.

ED-CE 15

O empregador trabalha para que todos os trabalhadores permanentes tenham benefícios de um plano de saúde (onde não já seja requerido pela lei), fundo de previdência, esquema de pensão e seguro invalidez.

ED-CE 16

A licença maternidade, se menor que 12 semanas, deve ser aumentada uma semana a cada ano até que complete 12 semanas.

ED-CE 17

Dentro de um ano de certificação, a gerência da empresa assume todos os contratos de trabalhadores temporários diretamente, em vez de através de um contratante.

ED-CE 18

Representantes dos trabalhadores e de gestão se reúnem para concordar como eles podem melhorar os salários e a produtividade em formas mutuamente benéficas, e gerar idéias para avançar para "salários dignos" ao longo do tempo.

ED-CE 19

Trabalhadores locais, migrantes, temporários ou permanentes recebem salários equivalentes e pagamento por horas extras para trabalhos realizados igualmente.

ED-CE 20

Se a empresa providenciar moradia para os trabalhadores, as condições e a infra-estrutura da casa devem ser de forma que garanta saneamento, ventilação, proteção razoável contra o calor e frio, privacidade e segurança. As moradias devem ser fornecidas a um preço razoável. Extintores de incêndio são fornecidos e os trabalhadores devem ser treinados para saberem como usá-los.

ED-CE 21

Onde a empresa fornece moradia aos trabalhadores, existe uma política clara que define como os trabalhadores podem ter acesso a moradia, e os trabalhadores que não recebem moradia recebem compensação.

ED-CE 22

Onde as crianças dos trabalhadores vivem na fazenda, a empresa é responsável por fornecer acesso a creches.

ED-CE 23

Os trabalhadores não são obrigados a usarem as lojas ou serviços que são fornecidos pelo empregador ou que têm conexão com a empresa. Onde o acesso a outras lojas ou serviços é limitado ou não seja possível devido ao local, o empregador fornece bens e serviços a um preço justo e razoável.

3.0 Responsabilidade Social (SR)

3.1 Não-discriminação (ND)

SR-ND 1

Não existe discriminação, principalmente baseadas em raça, cor, sexo, orientação sexual, deficiência, estado civil, obrigações familiares, idade, religião, opinião política, união ou órgãos representativos dos trabalhadores ou membro do comitê do Comércio Justo, a extração nacional ou origem social, ou qualquer outra condição que poderia ser motivo de discriminação em: recrutamento, promoção, acesso a treinamento, remuneração, distribuição do trabalho, demissão, aposentadoria ou outras atividades.

SR -ND 2

A gerência não exerce, apóia ou tolera o uso de punição corporal, mental ou coerção física e abuso verbal.

SR -ND 3

A gerência não exerce, apóia ou tolera comportamentos, incluindo gestos, linguagem, e contato físico, que seja sexualmente intimidante, abusivo ou exploratório.

SR -ND 4

A gerência coloca uma política em vigor com relação às qualificações dos funcionários/trabalhadores. Em particular, as necessidades de grupos em desvantagem/minoria (incluindo mulheres), deveriam ser alvo de treinamentos e outros programas.

SR -ND 5

A gerência garante que mulheres tenham oportunidades igualitárias na empresa assim como o acesso aos benefícios do Comércio Justo de forma igual.

3.2 Liberdade de Trabalho Forçado e Tráfico Humano (FL)

SR-FL 1

Trabalho forçado não existe.

SR-TF 2

O emprego de um não está condicionado à contratação do cônjuge. Cônjuges têm o direito de trabalhar em outros lugares.

3.3 Proteção de Crianças e Jovens (PC)

SR-PC 1

Crianças menores de 15 anos (ou menores que a idade de trabalho definida pela lei, se maior) não são empregados.

SR-PC 2

Os filhos dos donos das fazendas menores que 15 anos podem trabalhar nas fazendas de seus pais desde que:

- Eles trabalhem somente depois da escola ou durante feriados.
- O trabalho seja apropriado para sua idade.
- Eles não trabalhem muitas horas e sob condições perigosas e explorativas.
- Seus parentes forneçam supervisão e orientação.

SR-PC 3

O trabalho não prejudica os estudos ou o desenvolvimento social, moral e físico dos trabalhadores menores que 18 anos de idade (ou a maioridade legal como definida pela lei nacional, se maior).

SR-PC 4

A idade mínima de contratação para qualquer tipo de trabalho, no qual por natureza ou circunstâncias em que é realizado possam prejudicar a saúde, segurança ou moral de jovens, não deve ser menor do que 18 anos (ou a maioridade legal como definida pela lei nacional, se maior).

3.4 Liberdade de Associação (FA)

SR-FA 1

A gerência reconhece na escrita e na prática o direito de todos os trabalhadores de estabelecer e se juntar às organizações trabalhistas de suas escolhas e de negociar coletivamente suas condições de trabalho.

SR-FA 2

A gerência garante que nem seus trabalhadores e nem seus representantes sejam discriminados ou sofram outras repercussões por exercerem livremente seus direitos de organizar ou por serem membros ou participantes em atividades legais em suas organizações de trabalho.

SR-FA 3

A gerência não realiza qualquer atividade que interfira com o direito de liberdade de associação ao controlar ou obstruir organizações de trabalhadores.

SR-FA 4

A gerência deve garantir o direito de trabalhadores de se reunir e discutir queixas do espaço de trabalho sem medo de represálias ou outras consequências negativas. Instalações são fornecidas a pedido para permitir os representantes a continuidade de suas funções.

SR-FA 5

Se houver uma organização de trabalhadores ativa, dentro dos limites razoáveis, os representantes dos trabalhadores podem realizar reuniões durante o horário de trabalho.

SR-FA 6

Se houver uma organização de trabalhadores ativa, reuniões regulares entre o gerente sênior e a organização dos trabalhadores são realizadas durante as horas de trabalho.

SR-FA 7

A gerência garante que todos os seus funcionários recebam informações sobre seus direitos de liberdade de associação e sobre todas as opções disponíveis de uma fonte independente.

SR-FA 8

Em países onde existe um Acordo de Negociação Coletiva (ANC) para o setor, a empresa atende ou excede as condições de trabalho conforme o contrato. Onde o ANC não existe, a empresa excede os requisitos legais e da indústria.

SR-FA 9

Se houver uma organização de trabalhadores ativa, a representação e participação dos trabalhadores são aperfeiçoadas através de atividades de treinamento para todos os funcionários, trabalhadores e equipe de gerência. A gerência fornece recursos adequados para que isto aconteça.

3.5 Saúde e Segurança Ocupacional (OH)

SR-OH 1

O processo de trabalho, os locais de trabalho e equipamento no local de produção assim como o transporte do trabalhadores são o mais seguro possível e qualquer risco inerente à saúde é minimizado por um controle adequado. Uma política de Saúde e Segurança (S&S) por *escrito* está em vigor e cobre todos os itens mencionados acima. Avaliações do risco de S&S são realizadas regularmente e integradas no plano de trabalho da S&S.

SR-OH 2

Um funcionário é indicado para ser o Oficial de Saúde e Segurança e é responsável por assuntos de saúde e segurança ocupacional.

SR-OH 3

Um médico (trabalhador ou gerente) responsável pela gerência dos programas de cuidados com a saúde, preocupações, papeladas e proteção foi nomeado e identificado para a força de trabalho.

SR-OH 4

Os trabalhadores e seus representantes são treinados nos requisitos básicos de saúde e segurança, proteção de saúde relevante e primeiros socorros. Medidas especiais são tomadas para identificar e evitar a repetição de risco de saúde para funcionários vulneráveis operando em áreas de alto risco.

SR-OH 5

Funcionários envolvidos em qualquer trabalho potencialmente perigoso são treinados adequadamente e informados dos riscos específicos para a saúde mental, reprodutiva e neurológica.

SR-OH 6

A empresa fornece, ou paga uma compensação para, equipamento de primeiros socorros adequados e uma equipe apropriadamente treinada para lidar com situações de emergência razoavelmente previsíveis. São mantidos registros de todos os acidentes em local de trabalho e respostas a casos de primeiros socorros relacionados.

SR-OH 7

A empresa fornece tratamento médico para todos os acidentes e doenças de trabalho e paga pela recuperação de qualquer doença ou acidente relacionados ao trabalho.

SR-OH 8

Todos os funcionários devem ter acesso à água potável e instalações sanitárias limpas.

SR-OH 9

Todos os locais fechados de trabalho possuem iluminação adequada, aquecimento e ventilação para que o trabalho possa continuar no contexto de condições climáticas locais..

SR-OH 10

Saídas de incêndio, vias de evacuação, equipamento anti-fogo e alarmes de incêndio são em todos os prédios na propriedade da fazenda. Eles estão apropriadamente marcados e longe de obstruções, permitindo uma saída rápida e segura durante emergências. Nenhuma porta de saída são trancadas proibindo a saída quando os trabalhadores estão dentro das instalações de produção. Os trabalhadores e residentes recebem treinamentos sobre os procedimentos de evacuação.

SR-OH 11

Equipamento elétrico, fiações e saídas estão devidamente posicionados, conectados e inspecionados regularmente por um profissional para checar sobrecarga e vazamento.

SR-OH 12

As seguintes pessoas estão proibidas de realizar trabalhos potencialmente perigosos: pessoas menores de 18 anos; gestantes ou mulheres que amamentam; pessoas com incapacidade mental; pessoas com doenças crônicas, hepáticas ou renais; e pessoas com doenças respiratórias.

SR-OH 13

Para trabalhadores lidando com químicas arriscadas são fornecidos equipamentos de proteção adequados, de boa qualidade e em boa condição pagos pela empresa. Trabalhadores devem sempre usar estes equipamentos e não devem nunca levá-los para suas casas.

SR-OH 14

Trabalhadores lidando com produtos químicos potencialmente perigosos, passam por exames médicos em intervalos regulares, por um médico de sua escolha.

SR-OH 15

Substâncias e agentes químicos, físicos ou biológicos no local de produção são armazenados, emitidos, manuseados e usados de maneira que os riscos a saúde são minimizados.

SR-OH 16

Qualquer operação de pulverização é feita de maneira segura.

SR-OH 17

Após pulverizar pesticidas nas zonas de produção, intervalos de reentradas mínimos, conforme especificados nas instruções de usuário e/ou produto do Comércio Justo-padrões específicos são estritamente observados. Acima de tudo, a folhagem deve estar completamente seca antes da colheita ou de outro trabalho ser realizado.

SR-OH 18

As capacidades dos trabalhadores e de seus representantes e conscientização de saúde e segurança ocupacional, proteção de saúde relevante e primeiros socorros são melhoradas através de treinamentos contínuos.

SR-OH 19

Com um ano de certificação um Comitê de Saúde & Segurança ocupacional com os representantes dos trabalhadores é estabelecido.

SR-OH 20

Todos os funcionários são clinicamente examinados por um médico de sua escolha e registros médicos individuais são abertos no começo de seus empregos. Os registros devem ser estabelecidos dentro de um ano de certificação.

SR-OH 21

Existe uma área dedicada com instalações separadas para homens e mulheres no local de trabalho para trocas de roupa e para lavar os equipamentos de proteção pessoais de pulverização. Existe uma área dedicada para lavagem do equipamento que é usado para a aplicação de agroquímicos.

SR-OH 22

Em casos onde os trabalhadores precisem vestir uniforme ou outro EPP, existem quartos de troca de roupa para homens e mulheres separados que são fornecidos, e instalações com armários que trancam estão disponíveis para todos os funcionários.

SR-OH 23

Salas adequadas para se descansar e, se considerado necessário e solicitado pelos funcionários, cantinas com instalações para cozinhar são fornecidas para todos os trabalhadores.

SR-OH 24

O Oficial Médico e o Oficial de S&S trabalham juntos para preparar um plano *e/ou* registro de trabalho anual, o qual é aprovado pela gerência. O plano de trabalho inclui uma avaliação da abrangência e profundidade da cobertura da assistência médica para todos os trabalhadores e recomendações em como melhorá-la.

4.0 Gestão Ambiental (ES)

4.1 Sistemas de Monitorização (MS)

ES-MS 1

A empresa garante que um plano *escrito* dando detalhes de como cumprir com estes padrões ambientais seja colocado em vigor. Com um ano de certificação este plano deve estar completamente implementado.

ES-MS 2

A empresa implementa um procedimento para sensibilizar os trabalhadores em relação aos critérios de Responsabilidade Ambiental.

ES-MS 3

A empresa assegura que para produtos certificados nenhuma planta foi removida de área protegida ou é propagada em contravenção às regulações nacionais e internacionais.

ES-MS 4

A empresa não efetua nenhuma nova plantação em áreas de florestas naturais.

ES-MS 5

A empresa mantém registros que incluem o uso de terra, rotação de lavoura e o uso de agroquímicos.

4.2 Manejo Integrado de Pragas (IPM)

ES-IPM 1

A empresa tem acesso a e recebe orientação de um especialista em estratégias de manejo integrado de pragas (IPM).

ES-IPM 2

Medidas preventivas para evitar o desenvolvimento de pragas, e alternativas para a aplicação de pesticidas são implementadas a fim de demonstrar controle contra pragas e doenças na lavoura do Comércio Justo.

ES-IPM 3

A empresa monitora pragas e doenças da lavoura do Comércio Justo, e estabelece um limite econômico para além do qual a necessidade de usar pesticidas químicos é justificada.

4.3 Agroquímicos (AC)

ES-AC 1

Materiais na lista vermelha (materiais proibidos) na Lista de Materiais Proibidos pela Fair Trade USA (ver anexo 1) não são usados, vendidos, manuseados ou distribuídos pela empresa.

ES-AC 2

A decisão de usar herbicidas deve ser baseada na presença de ervas daninhas e falta de controles alternativos. Se usada, herbicidas são apenas um elemento de uma estratégia integrada contra as ervas daninhas, e só são utilizados em aplicações a pontos específicos.

ES-AC 3

Todos os empregados, incluindo aqueles não diretamente trabalhando com pesticidas ou outros químicos perigosos, estão cientes dos riscos associados a estes materiais.

ES-AC 4

Pesticidas ou outros químicos perigosos não são aplicados perto de áreas da atividade humana diária (por exemplo, habitação, cantinas, escritórios, armazéns ou similares). A menos que haja uma barreira que efetivamente reduza as pesticidas, produtos químicos não são aplicados dentro de 10 metros dessas áreas.

ES-AC 5

O aumento de resistência a agroquímicos é evitado através de uma produção adequada e técnicas de dosagem e seleção de variedades de plantas apropriadas.

ES-AC 6

O tempo e tipo de aplicação química é escolhido com o objetivo de minimizar as quantidades usadas e a ameaça a exposição humana ou animal e danos ambientais.

ES-AC 7

Pulverização aérea pela empresa ou sub-contratante é realizada apenas para a aplicação de fungicidas, e somente quando não existe uma alternativa viável. Pulverização aérea sobre zonas de cobertura (se houver alguma), corpos de água aberta ou áreas residenciais não é realizada.

ES-AC 8

Agroquímicos são usados, manuseados e guardados corretamente de acordo com suas características específicas (nível tóxico), a fim de evitar perigos para as pessoas e para o ambiente. Os agroquímicos são aplicados apenas por pessoas treinadas.

ES-AC 9

A empresa assegura que todos os agroquímicos sejam apenas usados para as plantações que são especificamente designados e/ou registrados no país da empresa.

ES-AC 10

Áreas onde os pesticidas são aplicados são sinalizadas.

ES-AC 11

Áreas de preparação de produtos químicos para uso, são equipadas para lidar com derramamentos e outros maus usos efetivamente (por exemplo com materiais absorventes). Derramamentos não podem correr o risco de infiltrar no solo ou em suprimentos de água.

ES-AC 12

A empresa mantém seguros o depósito e o descarte de todos os agroquímicos e seus recipientes.

ES-AC 13

Todos os produtos e pacotes estão claramente etiquetados.

ES-AC 14

A empresa mantém registros *escritos* de todos os agroquímicos comprados, usados e descartados.

4.4 Manejo de Fertilizantes (HF)

ES-HF 1

Fertilizantes (orgânicos e inorgânicos) são aplicados em quantidades que correspondem à necessidade de nutrientes da lavoura.

ES-HF 2

Fertilizantes (inorgânicos e orgânicos) são armazenados em uma maneira que minimize o risco de poluição da água. Fertilizantes e pesticidas são armazenados separadamente.

4.5 Gestão de Resíduos (WM)

ES-WM 1

A empresa descarta qualquer resíduo não-agroquímico perigoso de forma segura.

ES-WM 2

Agroquímicos não utilizados são retornados ao fornecedor, se possível.

ES-WM 3

A empresa assegura que resíduos orgânicos sejam usados de forma sustentável (ex. compostagem, cobertura vegetal, etc.).

4.6 Solo e Água (SW)

ES-SW 1

A empresa tem realizado procedimentos e práticas voltadas à redução e/ou prevenção da erosão do solo causada pelos efeitos do vento, água, e/ou impacto humano ou animal.

ES-SW 2

A empresa tem realizado procedimentos e práticas voltadas ao aumento da fertilidade e estrutura do solo.

ES-SW 3

A empresa identificou áreas onde cobertura do solo é necessária e tem um plano escrito para estabelecer cobertura do solo nestas áreas.

ES-SW 4

A empresa assegura que resíduos de água descartados de qualquer sistema com o qual a organização está envolvida devem ser manuseados de forma que não:

- polua a água que possa ser usada como suprimento de bebida para humanos ou animais
- contamine o solo ou plantações com substâncias químicas ou seus derivados
- contamine as plantações ou o solo com excesso de nutrientes ou contamine plantações prontas para colheita com micróbios patogênicos.

ES-SW 5

Água de esgoto sem tratamento não é utilizada para irrigação de plantações do Comércio Justo.

ES-SW 6

A empresa avalia os possíveis riscos à saúde a partir da água de irrigação, e se necessário, toma providências para aliviar os riscos. Onde riscos significantes são identificados, uma avaliação deve ser feita por uma empresa terceirizada independente.

ES-SW 7

A empresa mantém um inventário das fontes de águas que são usadas para irrigação e processamento de plantações do Comércio Justo.

ES-SW 8

A empresa implementa procedimentos para fazer uso eficiente de fontes de água. Estes procedimentos incluem:

- Previsão de volumes de água necessários para irrigar a plantação.
- Medição (ou estimativa) do volume de água retirada das fontes e volumes utilizados na irrigação e processamento.
- Fornecimento de manutenção do sistema de distribuição de água.
- Adoção, conforme o caso, de métodos para recircular, reutilizar, e/ou reciclar a água.

ES-SW 9

A empresa realizou uma avaliação para identificar os riscos aos recursos hídricos locais (ex. Se as fontes de água estão sendo esgotadas; numa situação crítica, ou sob pressão excessiva). Se as autoridades ambientais locais ou outras entidades acreditam que as fontes de água estão esgotadas, em estado crítico ou sob pressão excessiva, a empresa negocia com as autoridades

para identificar formas possíveis de se envolver na investigação e resolução do problema.

ES-SW 10

A empresa utiliza a melhor tecnologia de irrigação e de processamento disponível para otimizar o uso da água.

4.7 Organismos Geneticamente Modificados (GMO)

ES-GMO 1

A empresa não cultiva nenhum produto OGM.

4.8 Biodiversidade (BD)

ES-BD 1

A operação não gera impactos negativos sobre as áreas protegidas ou áreas com alto valor de conservação, dentro ou fora da fazenda ou áreas de produção. As áreas utilizadas para a produção da plantação do Comércio Justo cumprem com a legislação nacional em termos de utilização das terras agrícolas.

ES-BD 2

Zonas de proteção são mantidas em torno de corpos de água e áreas de recarga de bacias hidrográficas, e entre as áreas de produção e áreas de alto valor de conservação (protegidas ou não). Pesticidas, outros produtos químicos perigosos e adubos não são aplicadas nas zonas de proteção e estrume de animais não é aplicado ou descartados em zonas de proteção.

ES -BD 3

A colheita dos produtos do Comércio Justo de áreas não cultivadas é feita de uma maneira que assegure a sustentabilidade das espécies coletadas em seu habitat nativo.

ES -BD 4

A empresa garante que nenhuma coleta ou caça de espécies raras ou ameaçadas de extinção seja realizada e que nenhuma espécie exótica invasora seja introduzida.

ES -BD 5

A empresa participa ativamente em projetos ambientais locais ou regionais ou tem um plano de biodiversidade.

ES -BD 6

A empresa avalia a implementação de sistemas agro-florestais, bem como a diversificação agrícola, conforme aplicável.

4.9 Energia e Emissão de Gases de Efeito Estufa (GHG)

ES-GHG 1

Em instalações de processamento onde energia não renovável é usada, a empresa mantém registros de consumo de energia, toma medidas para o uso de energia de forma mais eficiente e substitui fontes não-renováveis por outros renováveis, sempre que possível.

ES-GHG 2

A empresa pesquisa e implementa práticas a fim de reduzir gases de efeito estufa e aumentar o sequestro de carbono.

5.0 Requisitos Comerciais (TR)

5.1 Requisitos Básicos (BR)

TR-BR 1

A empresa facilita autorias do Comércio Justo ambas anunciadas e/ou não anunciadas realizadas por certificadores aprovados pela Fair Trade USA, e relata suas transações do Comércio Justo para a Fair Trade USA (de acordo com a frequência determinada pela Fair Trade USA: trimestralmente, duas vezes por ano ou mensalmente).

5.2 Fonte do Produto (FP)

TR-FP 1

Para produtores certificados recentemente, os produtos que foram produzidos mais de um ano antes da certificação inicial não podem ser vendido como sendo do Comércio Justo.

5.3 Rastreamento Físico de Produto (PT)

TR-PT 1

Voluntário para produtores de cacau, chá, açúcar e suco de fruta:

Os produtos certificados pelo Comércio Justo não são misturados com produtos que não são certificados pelo Comércio Justo. Os produtos do Comércio Justo são transportados, armazenados, processados/fabricados e entregues separadamente dos produtos não certificados pelo Comércio Justo.

TR-PT 2

Voluntário para produtores de cacau, chá, açúcar e suco de fruta:

Os produtos do Comércio Justo são marcados claramente e podem ser identificados como certificados pelo Comércio Justo em todos os estágios (ex. Armazenamento, transporte, processamento, acondicionamento, rotulagem, manuseio e venda). Esses produtos são também identificados como certificados pelo Comércio Justo em todos os registros e documentos relacionados.

TR-PT 3

Aplicável somente para produtores de cacau, chá, açúcar, e suco de fruta que processam seus próprios produtos:

Se os requisitos de rastreamento físico do TR-PT 1 e TR-PT 2 não são cumpridos, os volumes vendidos como Comércio Justo não excedem os volumes equivalentes produzidos pela fazenda certificada pelo Comércio Justo.

Os produtores que vendem para comerciantes que cumprem os requisitos de rastreamento físico são também responsáveis por cumprir os mesmos requisitos.

Os produtores que não são responsáveis por manter o rastreamento físico podem misturar os produtos de suas fazendas certificadas pelo Comércio Justo com produtos de uma fazenda não certificada, no nível de processamento, se os seguintes critérios forem cumpridos:

- Produto do Comércio Justo misturado com produto que não é do Comércio Justo (massa equilibrada) não é vendido ao comprador antes do produto do Comércio Justo ser realmente produzido.
- Entrada certificada pelo Comércio Justo e entrada não certificada pelo Comércio Justo são processadas no mesmo local.

5.4 Rastreamento através de Documentação (RD)

TR-RD 1

Todos os produtos certificados pelo Comércio Justo são claramente identificados como certificados pelo Comércio Justo na documentação de venda (ex. Faturas, contratos, conhecimento de embarque e notas de entrega).

5.5 Contratos do Comércio Justo (CR)

TR-CR 1

Os produtores assinam vinculação de contratos de vendas com pagadores e intermediadores do Comércio Justo que claramente indicam o seguinte: data do contrato, volumes concordados, qualidade, Prêmio do Comércio Justo (incluindo prêmio/diferencial orgânico e processamento de taxas de conversão, se aplicável), termos de pagamento, preço do Comércio Justo (ou quando e como o preço do Comércio Justo será fixado), a parte responsável pelo pagamento do Preço e Prêmio do Comércio Justo ao proutor, condições de entrega (usando termos do Comércio Internacional) e um mecanismo de arbitragem.

5.6 Suspensão de Contato (CS)

TR-CS 1

Quando um produtor ou comprador é suspenso: dentro de 6 meses, os contratos que já foram assinados são cumpridos, e os novos contratos são somente assinados com os parceiros comerciais já existentes da organização (transações comerciais que aconteceram no 12 meses anteriores).

5.7 Descertificação (DC)

TR-DC 1

A empresa não pode vender produtos para operadores sem certificação para vender como produto certificado, desde a data da perda da certificação. Contratos que ainda não foram enviados não poderão ser classificados como contratos do Comércio Justo.

5.8 O Uso da Marca do Comércio Justo (FTT)

TR-FTT 1

Produtos Acabados: Somente parceiros licenciados pela Fair Trade USA podem usar o selo de certificação 'Certificado pelo Comércio Justo' em produtos acabados. Organizações certificadas para vender produtos certificados no Comércio Justo podem usar o selo de certificação do Comércio Justo em seus materiais promocionais (como folhetos, sites da Internet ou embalagem de atacado). Ver a Fair Trade USA Label Use Guide para mais informações detalhadas.

Anexo 1: Lista de Materiais Proibidos²

A Lista de Materiais Proibidos (LMP) é dividida em duas listas: a Lista Vermelha e a Lista Âmbar.

A Lista Vermelha

A Lista Vermelha inclui materiais que não devem ser utilizados pelos produtores durante o manuseio de produtos do Comércio Justo. Manipulação significa todas as actividades em que os produtores estão envolvidos, como por exemplo, a produção, o tratamento pós-colheita, o processamento, o armazenamento e o transporte.

A Lista Âmbar

A Lista Âmbar inclui materiais que estão sendo avaliados pelo Comércio Justo Internacional como candidatos a serem proibidos através da inclusão na Lista Vermelha. Materiais da Lista Âmbar ainda podem ser usados pelos produtores para as culturas de Comércio Justo. Os produtores devem comunicar a sua utilização para fins de monitoramento. O monitoramento durará até Junho de 2015, data em que a revisão das Listas Vermelhas e Âmbar será feita. Os produtores devem estar conscientes de que estes materiais podem eventualmente ser proibidas e são incentivados a abandonar o seu uso. No entanto, quaisquer materiais da Lista Âmber adicionados na Lista Vermelha em Junho de 2015 terá um período mínimo de eliminação gradual de dois anos com prazos exatos dependendo das conclusões da pesquisa.

Estrutura da Lista Vermelha e da Lista Âmbar

As listas contêm as seguintes informações:

- **Substância:** especifica o nome do material

Lista de Referência (composta por 7 colunas): mostra a lista ou regulamento internacional de onde o Comércio Justo Internacional tirou o material. As listas de referências são:

POP: A Convenção de Estocolmo sobre Poluentes Orgânicos Persistentes

PIC: A Convenção de Roterdã sobre o Procedimento de Consentimento Prévio Informado para o Comércio Internacional de Certas Substâncias Químicas Tóxicas e Pesticidas

PAN 12: a lista “dúzia suja” da Rede de Ação Contra Pesticidas (atualmente 18 pesticidas)

WHO 1a e 1b: a classificação da Organização Mundial de Saúde para toxicidade aguda 1a e 1b

EU: Banido ou severamente restrito na União Européia de acordo com a Lista PAN das Listas

US: pesticida banido ou severamente restrito pela Agência de Proteção Ambiental dos Estados Unidos (EPA) de acordo com a Lista PAN das Listas

² Version FTUSA_PML_PT_060114

Regulamentos específicos na Lista Vermelha

Estes fornecem informações para uso específico de materiais e incluem:

- Extensão possível e permissão necessário prévio uso. O material não deve ser usado a menos que seja concedida uma prorrogação pelo organismo de certificação. Será indicada o escopo admissível de uso do produto e a cronograma para derrogações.
- Proibição apenas para as culturas e utilização especificados: O material não pode ser usado em determinadas culturas, ou para determinados fins.
- Proibição introduzida com a revisão atual: O material foi previamente autorizado, mas agora é proibido. O organismo de certificação irá definir um período de transição para produtores certificados para eliminar este material ou pode conceder uma prorrogação, a pedido, conforme o caso.

Parte 1. Lista Vermelha de Materiais Proibidos da Fair Trade USA

Substância	Lista de referência							Regulamentos específicos
	POP	PIC	PAN 12	WHO 1a	WHO 1b	EU	US	
1,2 dibromoetano (brometo de etileno)		X	X			X	X	
1,2-dicloroetano (dicloreto de etileno)		X				X	X	
2,4,5-T (Ácido 2,4,5-triclorofenoxiacético) e seus sais e ésteres (contaminação por dioxinas)		X	X			X	X	
3-Cloro-1,2-propanodiol (Alfa-cloridrina)					X			
acroleína					X			
aldicarbe			X	X		X		
aldrina	X	X	X			X	X	
álcool alílico					X			
alfa HCH (hexaclorocicloexano-alfa)	X							
amoxicilina								Proibido em pós-colheitas de bananas
amianto (tais como a crocidolita, actinolita, antofilita, amosita e tremolita)		X						
azinfos-etilo					X	X		
azinfos-metilo	X				X	X		A FTUSA irá considerar planos de eliminação gradual enviados antes de 1º de Junho de 2015 para plantações de frutas cítricas e decíduas.

Substância	Lista de referência							Regulamentos específicos
	POP	PIC	PAN 12	WHO 1a	WHO 1b	EU	US	
beta - ciflutrina					X			Proibido desde 2011 A FTUSA irá considerar planos de eliminação gradual enviados antes de 1º de Junho de 2015
HCH beta (beta-hexaclorociclohexano)	X							
binapacril		X				X	X	
blastidicin (blastidicin-S)					X			
brodifacoum				X				
bromadiolona				X				
brometalina				X				
butocarboxime					X			
butoxycarboxime					X			
cadusafos (ebufos)					X	X		A FTUSA irá considerar planos de eliminação gradual enviados antes de 1º de Junho de 2015 para plantações de frutas cítricas e decíduas e para flores e plantas.
arseniato de cálcio					X		X	
cianeto de cálcio				X				
captafol		X		X				
carbofurão					X	X	X	A FTUSA irá considerar planos de eliminação gradual enviados antes de 1º de Junho de 2015 para flores e plantas.
clordecona	X	X	X			X	X	
chlordecone (kepone)	X					X	X	
clordimeforme		X	X			X	X	
chlorethoxyfos				X				
clorfenvinfos					X	X		
clormefos				X		X		
clorobenzilato		X				X	X	

Substancia	Lista de referência							Regulamentos específicos
	POP	PIC	PAN 12	WHO 1a	WHO 1b	EU	US	
clorofacinona				X				
acetoarsenito de cobre (Paris Verde)					X			
coumafós					X			
Cumatetralilo					X			A FTUSA irá considerar planos de eliminação gradual enviados antes de 1º de Junho de 2015
DBCP (dibromocloropropano)			X					
ciflutrina					X			Proibido desde 2011 A FTUSA irá considerar planos de eliminação gradual enviados antes de 1º de Junho de 2015
DDT (Diclorodifenil-dicloroetileno)	X	X	X			X	X	
demetão-S-metilo					X			
diclorvos					X	X		A FTUSA irá considerar planos de eliminação gradual enviados antes de 1º de Junho de 2015 para plantações de frutas cítricas e decíduas.
dicrotofós					X			
dieldrina	X	X	X			X	X	
difenacume				X				
Difetialona				X				
dinosebe, seu acetato e sais dinoseb		X				X		
dinoterbe					X	X		
difacnone				X				
dissulfoton				X				
DNOC (dinitro-orto-cresol) e seus sais (amônio, sódio, potássio)		X				X	X	

Substância	Lista de referência							Regulamentos específicos
	POP	PIC	PAN 12	WHO 1a	WHO 1b	EU	US	
Formulações para aplicação em pó que contém uma combinação de: - benomil igual ou superior a 7%, - carbofurão igual ou superior a 10%, - tirame igual ou superior a 5% (PIC: 15%)		X				X		
edifenfós (EDDP)					X			
endossulfão	X					X		
endrina	X		X			X	X	Proibido desde 2011
EPN				X			X	
etiofencarbe					X			
etoprofos (ethoprop)				X				Permitido em bananas e abacaxi sob circunstâncias especiais. Para outros produtos, a FTUSA irá considerar planos de eliminação gradual enviados antes de 1º de Junho de 2015
óxido de etileno (oxirano)		X				X	X	A FTUSA irá considerar planos de eliminação gradual enviados antes de 1º de Junho de 2015
famphur					X			
fenamifos					X			FTUSA irá considerar planos de eliminação gradual enviados antes de 1º de Junho de 2015
flocumafena				X				
flucitrinato					X			
fluoroacetamida		X			X	X	X	
formaldeído								Proibido em flores e plantas
Formetanato					X			

Substância	Lista de referência							Regulamentos específicos
	POP	PIC	PAN 12	WHO 1a	WHO 1b	EU	US	
furatiocarbe					X	X		
HCH isômeros mistos (que contenham menos de 99,0% do isômero gama)		X				X		
heptacloro	X	X	X			X	X	
heptenofos					X			
hexaclorobenzeno (HCB) (hexacloreto benzeno)	X	X		X		X	X	
hexaclorociclohexano HCH/BCH (isômeros mistos)	X		X					
Isoxatião					X	X		
arseniato de chumbo					X		X	
lindano (gama-HCH)	X	X	X					
mecarbame					X			
cloreto de mercúrio		X		X		X		
compostos de mercúrio (incluindo o óxido de mercúrio, o cloreto mercurioso (calomelano), acetato de fenilmercúrio (PMA), oleato fenilmercúrico e outros compostos inorgânicos de mercúrio: alquil mercúrio, alquiloalquilmercúrio e compostos de aril mercúrio)		X				X		
óxido de mercúrio		X			X	X		
metamidofos		X			X	X	X	
metidatião					X	X		A FTUSA irá considerar planos de eliminação gradual enviados antes de 1º de Junho de 2015 para plantações de frutas cítricas e decíduas.

Substância	Lista de referência							Regulamentos específicos
	POP	PIC	PAN 12	WHO 1a	WHO 1b	EU	US	
metiocarbe (mercaptodimethur)					X			A FTUSA irá considerar planos de eliminação gradual enviados antes de 1º de Junho de 2015
Metomil					X			A FTUSA irá considerar planos de eliminação gradual enviados antes de 1º de Junho de 2015
Paratião-metilo		X	X	X		X	X	
Mevinfos				X			X	
Mirex	X					X	X	
monocrotofós		X			X	X		
Nicotina					X			
ometoato					X	X		
Oxamil					X			Permitido em bananas sob circunstâncias especiais. Para outros produtos, a FTUSA irá considerar planos de eliminação gradual enviados antes de 1º de Junho de 2015
oxidemetão-metilo					X	X		
paraquato (todas as formas)			X					
Paratião		X	X	X		X	X	
Pentaclorobenzeno	X							Proibido desde 2011
pentaclorofenol, seus sais e ésteres		X	X		X	X	X	
acetato fenilmercúrio				X				
Forato				X				
fosfamidação		X		X		X	X	
fostebupirim (tebupirimfos)				X				
bifenilos polibromados		X						
bifenilos policlorados (exceto mono e diclorados) (Aroclor)	X	X						
policlorotrifenilos		X						

Substância	Lista de referência							Regulamentos específicos
	POP	PIC	PAN 12	WHO 1a	WHO 1b	EU	US	
protetanfos					X			
Lama de esgoto (humanos, sem tratamento)								
arsênico de sódio					X		X	
cianeto de sódio					X			
fluoroacetato de sódio (1080)				X				
estricnina					X	X		
sulfotepe				X				
tebupirimifos (fostebupirim)				X				
teflutrina					X			
terbufos				X		X		Permitido em bananas sob circunstâncias especiais.
chumbo tetraetila		X						
tetrametilchumbo		X						
sulfato de tálio					X	X	X	
thiofanox					X			
tiometão					X			
toxafeno (canfecloro)	X	X	X			X	X	
triazofos					X	X		
fosfato de tris (2,3-dibromopropilo)		X						
Vamidotião					X	X		
varfarina (coumafene)					X			
zeta-cipermetrina					X			
fosforeto de zinco					X			

Part 2. Lista Âmber ou de materiais monitorados da Fair Trade USA

Substância	Lista de referência						
	POP	PIC	PAN 12	WHO 1a	WHO 1b	EU	US
2,3,4,5-bis (2-butileno) tetrahidro-2-furaldeído [repelente-11]							X
2,4,5-TCP (triclorofenato de potássio 2,4,5)							X
acefato						X	
alacoloro						X	
amitraz						X	
compostos de arsénio (EPA: trióxido de arsénico: cálcio, cobre, chumbo e arseniato de sódio)						X	
atrazina						X	
bromoxinil							X
bromoxinil butirato							X
butilato							X
cádmio e seus compostos							X
carbaril						X	
tetracloroeto de carbono							X
carbossilfão						X	
cloranil							X
clorfenapir						X	
acetato clorometoxipropil mercúrico (CPMA)							X
clozolinato						X	

Substância	Lista de referência						
	POP	PIC	PAN 12	WHO 1a	WHO 1b	EU	US
arseniato de cobre							X
cialotrina (mas não isômeros lambda-cialotrina)						X	
daminozida (alar)							X
DDD (dicloro-difenil-dicloroetano) [TDE]							X
di (fenilmercúrio) dodecenyl succinato (PMDS)							X
dicofol						X	
dicofol contendo menos de 78% p,p -Dicofol ou >1 g/kg de DDT e componentes relacionados de DDT						X	
dimetenamida						X	
glicol hexileno etílico							X
fentião						X	
acetato de fentina						X	
hidróxido de fentina						X	
fenvalerato						X	
ferbam						X	
haloxifope-R (haloxifope-P-metil-éster)						X	
leptopus							X
Malatião						X	

Substância	Lista de referência						
	POP	PIC	PAN 12	WHO 1a	WHO 1b	EU	US
hidrazida maleica e seus sais, exceto os de colina, potássio e sais de sódio; colina, potássio e sais de sódio; hidrazida maleica que contenha mais de 1 mg / kg de hidrazina livre expressa em função do ácido equivalente						X	
monolinurão						X	
monurão						X	
nitrofen (TOK)						X	X
nonylphenol ethoxylates						X	
fosforamida piro octamethyl (OMPA)							X
permetrina						X	
fosalona						X	
profame						X	
pirazofos						X	
pyriminil (vacor)							X
quintozene						X	
safrole							X
silvex							X
simazina						X	
technazene						X	
policlorinato terpeno (strobane)							X

Substância	Lista de referência						
	POP	PIC	PAN 12	WHO 1a	WHO 1b	EU	US
tiodicarbe						X	
triazamato							
triclorfom						X	
compostos triorganoestânicos (compostos de tributilestanho)						X	
cloreto de vinilo							X
zinebe						X	

Anexo 2: Condições especiais do Preço e do Prêmio

Esse anexo contém Termos de Preço Especial bem como informação sobre Preços Relevantes do Mercado. Produtos com Termos de Preço Especial são identificados por um asterisco (*) na coluna “Termos de Preço Especial” no Banco de Dados de Preço e Prêmio. Os Termos de Preço Especial estão divididos por categoria de norma.

Norma para Fábricas

I. Condições especiais do Preço e do Prêmio

Categoria do Produto	Produto	Termos de Preço Especial
Vestuário e Produtos para o Lar	Fábrica	O Prêmio do Comércio Justo é de no mínimo 1% e máximo de 10% do valor FOB do pedido, dependendo do nível salarial avaliado na fábrica. Se os salários avaliados alcançam o ponto de referência de salário digno, o Prêmio do Comércio Justo é de 1%. Se os salários avaliados estiverem mais próximos do ponto de referência do salário digno do que do salário mínimo, o Prêmio do Comércio Justo é de 5%. Se os salários avaliados estiverem mais perto do salário mínimo do que do salário digno, o Prêmio do Comércio Justo é de 10%.

Normas Agrícolas

I. Condições especiais do Preço e do Prêmio

Categoria do Produto	Produto	Termos de Preço Especial
Algodão em caroço	Algodão em caroço	Nenhum Prêmio do Comércio Justo adicional se aplica a produtos secundários (e seus derivados) que tenham sido derivados do processamento de algodão em caroço do Comércio Justo, se o algodão em caroço tiver sido vendido como Comércio Justo e o ajuste correspondente do preço do Comércio Justo (se aplicável) e o Prêmio do Comércio Justo tiverem sido pagos.
Café	Café Arábica, Café Robusta	Aplica-se somente a cafés vendidos por Organizações de Pequenos Produtores ou Parceiros de Acesso ao Mercado/Pequenos Produtores certificados na Norma para Pequenos Produtores Independentes: no mínimo 25% de todo Prêmio do Comércio Justo recebido (ou o mínimo de US\$ 0,05 por libra-peso de café vendido sob termos do Comércio Justo) são investidos em projetos ou atividades com intenção de aumentar a produtividade e/ou qualidade do cultivo do café pelos pequenos produtores. Isso é documentado como parte do Plano do Comércio Justo.
Grãos	Quinoa	No mínimo, 30% de todo Prêmio do Comércio Justo recebido é investido em projetos ou atividades com intenção de aumentar a sustentabilidade ambiental do cultivo de quinoa. Isso é documentado como parte do plano do Comércio Justo.
Hortifruti	Banana	O nível Ex Works é definido como o local do produtor onde a paletização é executada e as bananas não são desembarçadas para exportação e não são carregadas em nenhum veículo de coleta. No nível Ex Works, os preços incluem custos de trabalho para o empacotamento (incluindo

		<p>paletização) somente para preparar as bananas para o carregamento no veículo de coleta (caminhão ou contêiner). Os preços Ex Works não incluem nenhum tipo de material de empacotamento.</p> <p>No nível FOB, os preços incluem os custos para os seguintes materiais de empacotamento:</p> <ul style="list-style-type: none"> - caixa de papelão padrão, - um plástico por caixa de papelão (banavac or polypack), - palete, - protetor de canto, - tiras, - até 3 etiquetas por cacho de banana <p>Os custos desses materiais padrões de empacotamento e paletização são cobertos pelo exportador. Entretanto, o serviço relacionado com o empacotamento (custos de trabalho) do material padrão de empacotamento definido acima está incluso nos preços Ex Works e é fornecido pelo produtor. Nem os preços Ex Works e nem os preços FOB incluem custos de materiais de empacotamento adicionais ou especiais como “sacos de embalagem” ou “filme plástico” e serviços relacionados. Os custos para esses materiais de embalagem e qualquer trabalho associado devem ser pagos em cima dos Preços Mínimos do Comércio Justo para produtores nos níveis Ex Works ou FOB e devem ser definidos no contrato. Os Preços Mínimos do Comércio Justo em qualquer caso referem-se a 18,14 kg de fruta madura. Se caixas com pesos diferentes são utilizadas, os Preços Mínimos do Comércio Justo e Prêmios do Comércio Justo são calculados proporcionalmente.</p>
	Manga	<p>Todos os países:</p> <p>O Preço Mínimo do Comércio Justo estabelecido no nível da Porta da Fazenda inclui os seguintes custos: Custos amortizados de instalação da infraestrutura, preparação do campo, trabalho no campo, colheita, custos de organização e empacotamento. Favor notar que para mangas do Haiti, o Preço Mínimo do Comércio Justo estabelecido no nível da Porta da Fazenda cobre os seguintes custos: custo da fruta, lucro do produtor, custo da colheita, lavagem inicial, embalagem em caixas de plástico para o transporte para o exportador, custos de administração e lucro para a associação. O exportador cobre o transporte para a casa de empacotamento, tratamento de água quente, adesivos, caixas de papelão, empacotamento em caixas de papelão, paletização e custos de exportação. Favor notar que para mangas da África Ocidental e de Gana, o nível Ex Works significa “na porta da cooperativa”. O Preço Mínimo do Comércio Justo estabelecido no Ex Works cobre os seguintes custos: Custos de implantação, custos de produção, custos de colheita (incluindo caixa de manga), as despesas do agrupamento de caixas de manga na cooperativa e custos de organização. O Preço Mínimo do Comércio Justo exclui custos de transporte da cooperativa para a estação de acondicionamento e embalagem.</p>
	Abacaxi	<p>O nível Ex Works para abacaxi significa “na saída da casa de empacotamento”. Em outras palavras, os abacaxis são armazenados, limpos, embalados e refrigerados. Eles ficam em paletes, prontos para serem levantados para o contêiner e irem para o porto para serem exportados. O nível FOB inclui o levantamento para o contêiner, o transporte para o porto, custos da alfândega, custos administrativos de exportação, descarregamento no porto e margem para o exportador. Em suma, o preço FOB é quando o contêiner está ao longo do navio e pronto para ser levantado para o navio.</p> <p>Para abacaxis para processamento, Ex Works é o lugar onde o vendedor coloca o produto à disposição do próximo comprador. Isto é no portão da organização do produtor. Isso vale para uma organização de trabalho contratado bem como para uma cooperativa. O nível FOB inclui os mesmos componentes de custos do FOB para abacaxi fresco para exportação. No caso da transferência de responsabilidade entre o vendedor e o comprador não corresponder ao nível Ex Works ou ao nível FOB, os custos incorridos ou serviços precisam ser subtraídos dos (ou adicionados aos) preços mínimos Ex Works ou FOB.</p>
Nozes	Castanha do Brasil	Os Preços Mínimos do Comércio Justo para Castanhas do Brasil estabelecidos no nível “Ex Works sem seleção e empacotamento – na planta de processamento” cobre os seguintes custos: custos

		amortizados de instalação de infraestrutura, trabalho no campo, colheita, transporte para a planta de processamento, descascamento e custos organizacionais.																																																		
Chá	Chá Camellia originado de fazendas certificadas na Norma para Trabalhadores Agrícola	<p>Margem de Sustentabilidade</p> <p>Aplica-se somente a fazendas certificadas na Norma para Trabalhadores Agrícolas: Para os chás convencionais da planta Camellia feitos usando o método de produção CTC, e para “fannings” e “dust” convencionais feitos usando somente o método de produção ortodoxa, 20% do Prêmio é para ser subtraído do Prêmio do Comércio Justo e pago à fazenda. Esse valor é chamado de margem de sustentabilidade. A fazenda deve usá-lo para apoiar melhorias nas condições de trabalho como parte da certificação em andamento e cumprimento das Normas do Comércio Justo. Quando aplicável, o pagamento dividido entre o Prêmio do Comércio Justo pago ao Comitê do Comércio Justo (80%) e à fazenda (20%) precisa ser documentado claramente, por exemplo, em duas contas bancárias separadas ou pelo faturamento da margem de sustentabilidade junto com o preço das mercadorias. Chá Instantâneo tem o Prêmio dividido (20% do Prêmio do Comércio Justo é pago para a fazenda e 80% para o Comitê do Comércio Justo) se o chá instantâneo for derivado do chá feito convencionalmente usando o método de produção CTC e “fanning” e “dust” feitos convencionalmente usando o método de produção ortodoxa.</p>																																																		
Ervas e Especiarias	Rooibos	<p>Existem dois diferentes cenários de precificação para produtores de Rooibos – Organizações de Pequenos Produtores recebem um preço maior e um prêmio menor, fazendas certificadas na Norma para Trabalhadores Agrícolas recebem um preço menor e um prêmio maior:</p> <p>Preços para Rooibos vendidos pelas Organizações de Pequenos Produtores (SPOs) na África do Sul:</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th>Qualidade</th> <th>Moeda/ Quantidade x Unidade</th> <th>Nível Inco Term</th> <th>Preço Mínimo do Comércio Justo</th> <th>Prêmio do Comércio Justo</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Orgânico</td> <td>ZAR / 1 kg</td> <td>FOB</td> <td>30,00</td> <td>5,00</td> </tr> <tr> <td>Convencional</td> <td>ZAR / 1 kg</td> <td>FOB</td> <td>25,00</td> <td>5,00</td> </tr> <tr> <td>Orgânico</td> <td>ZAR / 1 kg</td> <td>EXW</td> <td>25,00</td> <td>5,00</td> </tr> <tr> <td>Convencional</td> <td>ZAR / 1 kg</td> <td>EXW</td> <td>20,00</td> <td>5,00</td> </tr> </tbody> </table> <p>Preços para Rooibos vendidos por Fazendas na África do Sul:</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th>Qualidade</th> <th>Moeda/ Quantidade x Unidade</th> <th>Nível Inco Term</th> <th>Preço Mínimo do Comércio Justo</th> <th>Prêmio do Comércio Justo</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Orgânico</td> <td>ZAR / 1 kg</td> <td>FOB</td> <td>23,00</td> <td>12,00</td> </tr> <tr> <td>Convencional</td> <td>ZAR / 1 kg</td> <td>FOB</td> <td>18,00</td> <td>12,00</td> </tr> <tr> <td>Orgânico</td> <td>ZAR / 1 kg</td> <td>EXW</td> <td>18,00</td> <td>12,00</td> </tr> <tr> <td>Convencional</td> <td>ZAR / 1 kg</td> <td>EXW</td> <td>13,00</td> <td>12,00</td> </tr> </tbody> </table>	Qualidade	Moeda/ Quantidade x Unidade	Nível Inco Term	Preço Mínimo do Comércio Justo	Prêmio do Comércio Justo	Orgânico	ZAR / 1 kg	FOB	30,00	5,00	Convencional	ZAR / 1 kg	FOB	25,00	5,00	Orgânico	ZAR / 1 kg	EXW	25,00	5,00	Convencional	ZAR / 1 kg	EXW	20,00	5,00	Qualidade	Moeda/ Quantidade x Unidade	Nível Inco Term	Preço Mínimo do Comércio Justo	Prêmio do Comércio Justo	Orgânico	ZAR / 1 kg	FOB	23,00	12,00	Convencional	ZAR / 1 kg	FOB	18,00	12,00	Orgânico	ZAR / 1 kg	EXW	18,00	12,00	Convencional	ZAR / 1 kg	EXW	13,00	12,00
Qualidade	Moeda/ Quantidade x Unidade	Nível Inco Term	Preço Mínimo do Comércio Justo	Prêmio do Comércio Justo																																																
Orgânico	ZAR / 1 kg	FOB	30,00	5,00																																																
Convencional	ZAR / 1 kg	FOB	25,00	5,00																																																
Orgânico	ZAR / 1 kg	EXW	25,00	5,00																																																
Convencional	ZAR / 1 kg	EXW	20,00	5,00																																																
Qualidade	Moeda/ Quantidade x Unidade	Nível Inco Term	Preço Mínimo do Comércio Justo	Prêmio do Comércio Justo																																																
Orgânico	ZAR / 1 kg	FOB	23,00	12,00																																																
Convencional	ZAR / 1 kg	FOB	18,00	12,00																																																
Orgânico	ZAR / 1 kg	EXW	18,00	12,00																																																
Convencional	ZAR / 1 kg	EXW	13,00	12,00																																																

II. Preço Relevante do Mercado

Cacau	Cacau	<p>O preço relevante de mercado de cacau é baseado no Contrato Futuro do Cacau do Liffe Administration and Management ('Liffe') ou Contrato Futuro de Cacau do Intercontinental Exchange Futures US ('ICE').</p> <p>Produtos semiprocessados de cacau comprados de produtores certificados: O vendedor (i.e. produtor) e comprador negociam o preço do produto semiprocessado. Esse preço negociado é baseado, pelo menos, nos valores de referência das amêndoas de cacau de USD 1750/MT (para convencional) e USD 2050/MT (para orgânico) no nível dos produtores mais todos os custos relevantes de processamento. O Preço Mínimo é calculado usando o rendimento médio de processamento calculado pelo produtor. Somente se essa informação não estiver disponível para o produtor fazer os rendimentos de processamento das amêndoas, a informação abaixo se aplica.</p>																		
		<table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>Rendimento de Processamento de amêndoas</th> <th>Prêmio do Comércio Justo</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Amêndoas</td> <td>-</td> <td>USD 200/MT</td> </tr> <tr> <td>Licor</td> <td>0.8</td> <td>USD 250/MT</td> </tr> <tr> <td>Manteiga</td> <td>0.376</td> <td>USD 530/MT</td> </tr> <tr> <td>Pó</td> <td>0.424</td> <td>USD 470/MT</td> </tr> <tr> <td>Manteiga e Pó</td> <td>(0.8)</td> <td>USD 250/MT</td> </tr> </tbody> </table>		Rendimento de Processamento de amêndoas	Prêmio do Comércio Justo	Amêndoas	-	USD 200/MT	Licor	0.8	USD 250/MT	Manteiga	0.376	USD 530/MT	Pó	0.424	USD 470/MT	Manteiga e Pó	(0.8)	USD 250/MT
			Rendimento de Processamento de amêndoas	Prêmio do Comércio Justo																
		Amêndoas	-	USD 200/MT																
		Licor	0.8	USD 250/MT																
		Manteiga	0.376	USD 530/MT																
Pó	0.424	USD 470/MT																		
Manteiga e Pó	(0.8)	USD 250/MT																		
Café	Café Arábica	Para cafés Arábica o preço relevante de mercado é baseado no Contrato "C" do New York Board of Trade (NYBOT/ICE). O preço relevante de mercado deve ser estabelecido em centavos de US\$ por libra-peso, mais ou menos o diferencial predominante para a qualidade relevante, origem base FOB, peso líquido embarcado.																		
	Café Robusta	Para cafés Robusta o preço relevante do mercado é baseado no contrato de Londres "EURONEXT LIFFE". O preço relevante do Mercado é estabelecido em dólares (US\$) por tonelada métrica, mais ou menos o diferencial predominante para a qualidade relevante, origem base FOB e peso líquido embarcado.																		